

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP014635/2014  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 19/11/2014  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR052810/2014  
NÚMERO DO PROCESSO: 46253.002864/2014-07  
DATA DO PROTOCOLO: 28/08/2014

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIN EMPR AG AU CO EM ASS PE IN PQ EM SER CON ARARAQUARA, CNPJ n. 50.400.365/0001-81, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). FABIO LEMOS ZANAO ;

E

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). CARLOS ROBERTO SOARES MINGIONE;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente Convenção Coletiva de Trabalho aplicável no âmbito das empresas acordantes, abrangerá a categoria dos empregados de ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, instaladas e funcionando na base territorial do sindicato profissional conveniente e em empresas de: Assessoramento, perícias, informações e pesquisas: auditoria; cobrança; seleção de pessoal; promotoras de vendas e financiamento; administradoras de cartões de crédito; administração, participação e controle de empresas - holding; organização e métodos; consultorias em geral, em economia, administração e outras; associações de classe não sindicais, clubes de lojistas, associações comerciais e industriais; informações cadastrais - serviços de proteção ao crédito; bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e de cereais; perícias, judiciais e sinistros; vistorias; assessoria técnica promocional na venda e colocação de seguros em geral para segurados e seguradoras, assessoria técnica auxiliar às seguradoras e corretoras; análise de materiais e equipamentos, controle de qualidade, controle de sondagens; assessoria em geral, técnica, gerencial, contábil, econômica, burocrática, estatística; planejamento e desenvolvimento econômico; pesquisas de mercado e de opinião pública; mapeamento, levantamento e aerofotogrametria; associações, organizações, institutos, fundações que realizam pesquisas; leilões; mala-direta; traduções; logística, controle e administração de movimentação de containeres e meios de transporte; e demais, exceto aqueles com enquadramento diferenciado, com abrangência territorial em Águas de São Pedro/SP, Américo Brasiliense/SP, Analândia/SP, Araraquara/SP, Arealva/SP, Bariri/SP, Barra Bonita/SP, Boa Esperança do Sul/SP, Bocaina/SP, Boracéia/SP, Brotas/SP, Charqueada/SP, Corumbataí/SP, Dobrada/SP, Dois Córregos/SP, Dourado/SP, Fernando Prestes/SP, Ibaté/SP, Ibitinga/SP, Igarapu do Tietê/SP, Ipeúna/SP, Itaju/SP, Itápolis/SP, Itirapina/SP, Jaú/SP, Macatuba/SP, Matão/SP, Mineiros do Tietê/SP, Monte Alto/SP, Nova Europa/SP, Pederneiras/SP, Pindorama/SP, Ribeirão Bonito/SP, Rincão/SP, Santa Adélia/SP, Santa Ernestina/SP, Santa Gertrudes/SP, Santa Lúcia/SP, Santa Maria da Serra/SP, São Carlos/SP, São Pedro/SP, Tabatinga/SP, Taquaritinga/SP e Torrinha/SP.**

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

#### CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

Os salários normativos (pisos salariais) são os seguintes para os ocupantes dos respectivos cargos:

**Parágrafo Primeiro:** Administrativos e outros cargos - R\$ 1.461,00 (um mil e quatrocentos e sessenta e um reais);

**Parágrafo Segundo:** Auxiliares (exceto administrativos e/ou de escritórios) e Ajudantes em Geral, Contínuos, Office-boys, Mensageiros internos e externos, Copeiros, Faxineiros, Porteiros e Vigias em empresas com mais de 10 (dez) empregados - R\$ 1.252,00 (um mil e duzentos e cinquenta e dois reais);

**Parágrafo Terceiro:** Auxiliares (exceto administrativos e/ou de escritórios) e Ajudantes em Geral, Contínuos, Office-boys, Mensageiros internos e externos, Copeiros, Faxineiros, Porteiros e Vigias em empresas com até 10 (dez) empregados - R\$ 1.135,00 (um mil e cento e trinta e cinco reais);

**Parágrafo Quarto:** Os salários normativos acima correspondem à remuneração mensal.

### Reajustes/Correções Salariais

#### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários de maio de 2013, assim considerados aqueles resultantes da aplicação integral dos índices de reajuste salarial constante da norma coletiva imediatamente anterior, firmada em 2013, serão corrigidos, na data base de 1º de maio de 2014, em 7,0% (sete por cento).

**Parágrafo Primeiro:** Ficam preservados os aumentos ocorridos no período de maio/13 a abril/14, a título de mérito, promoção, transferência, implemento de idade e inclusive aumentos reais concedidos pela empresa em caráter indispensável;

**Parágrafo Segundo:** Para os empregados admitidos após a data-base, e para as empresas constituídas após esta mesma data, o reajuste, de que trata o "caput" desta cláusula, poderá ser aplicado com o critério de proporcionalidade, à razão de 1/12 (um doze avos) do percentual previsto no "caput" por mês ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias trabalhados observados o disposto no art. 461 da CLT, respeitada a isonomia salarial de cada empresa, conforme tabela:

MÊS DE ADMISSÃO	ATUALIZAÇÃO (%)
Maio/13	7,00%
Junho/13	6,42%
Julho/13	5,83%
Agosto/13	5,25%

Setembro/13	4,67%
Outubro/13	4,08%
Novembro/13	3,50%
Dezembro/13	2,92%
Janeiro/14	2,33%
Fevereiro/14	1,75%
Março/14	1,17%
Abril/14	0,58%

**Parágrafo Terceiro:** As antecipações gerais concedidas entre 1º/05/2013 a 30/04/2014, poderão ser compensadas, assim como eventuais antecipações concedida a partir de 1º/05/13 por conta de eventual Dissídio ou mesmo da presente Convenção Coletiva de Trabalho;

**Parágrafo Quarto:** As diferenças salariais resultantes da aplicação do índice de reajuste poderão ser pagas sem qualquer acréscimo até a folha de pagamento de agosto/2014.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS**

As empresas comprometem-se a efetuar o pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil, após vencido o mês, mantendo as condições mais favoráveis já praticadas.

**Parágrafo Primeiro:** O atraso do pagamento de salário, 13º salário, férias e seu respectivo abono, implicarão no pagamento de correção monetária equivalente à TR, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data devida para pagamento até a data do efetivo pagamento;

**Parágrafo Segundo:** As empresas que não possuam postos bancários em suas dependências ou que não efetuem o pagamento de salário na própria empresa deverão liberar seus empregados para permitir o recebimento. Este parágrafo não se aplica aos empregados que optarem por ter seus salários depositados em banco/agência que não seja aquele(a) que a empresa utiliza para tal finalidade;

**Parágrafo Terceiro:** As diferenças salariais ou de benefícios, oriundos da aplicação da presente Convenção Coletiva, poderão ser satisfeitas na folha de pagamento relativa ao mês de agosto/2014.

#### **CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão a seus empregados comprovantes de todos e quaisquer pagamentos a eles feitos, contendo a discriminação da empresa, do empregado, das parcelas pagas e dos descontos efetuados, nos quais deverá haver a indicação da parcela relativa ao FGTS.

**Parágrafo Único:** As horas extras deverão constar do mesmo demonstrativo de pagamento que discriminará seu número e as porcentagens de seus adicionais.

## Isonomia Salarial

### CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO DO SUCESSOR

Admitido ou promovido empregado para função de outro que tenha sido demitido, transferido, aposentado, falecido ou que tenha pedido demissão, ser-lhe-á garantido salário igual ao inicial da faixa do Plano de Cargos e Salários da Empresa.

## Descontos Salariais

### CLÁUSULA OITAVA - DESCONTO PROPORCIONAL DO DSR

As empresas descontarão no DSR, na justa proporção, os dias ou horas não trabalhadas, respeitadas as políticas de compensações praticadas.

## Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

### Adicional de Hora-Extra

### CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com os seguintes adicionais:

**Parágrafo Primeiro:** 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora ordinária para trabalhos extraordinários realizados de segunda a sábado;

**Parágrafo Segundo:** 100% (cem por cento) sobre o valor da hora ordinária para trabalhos extraordinários realizados aos domingos, feriados e dias já compensados;

**Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de prestação de jornada extraordinária em domingos, feriados ou dias já compensados, exceto quando concedida a folga compensatória, as horas trabalhadas estarão sujeitas ao adicional previsto no "caput", além do pagamento da jornada de folga;

**Parágrafo Quarto:** Deverá ser observado pela empresa o limite máximo de que trata o art. 59 da CLT;

**Parágrafo Quinto:** O pagamento (ou desconto) das horas extras (ou horas de ausência) será feito respeitando o valor de salário do mês em que o pagamento (ou desconto) estiver sendo efetuado.

## Participação nos Lucros e/ou Resultados

### CLÁUSULA DÉCIMA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DAS EMPRESAS

Nos termos da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados, em sistema vigente desde dezembro de 1994, fica estipulado nesta Convenção Coletiva de Trabalho, em prevalência à peculiaridade de cada empregador. Que cada EMPRESA estabeleça com seus empregados um Plano de Participação escrito, com regras claras e objetivas, que será relativo ao ano civil de 2015. Os Planos serão negociados entre cada EMPRESA e a comissão escolhida pelos seus empregados, integrada, ainda, por um representante indicado pelo SINDICATO DE TRABALHADORES. Os Planos celebrados deverão ser levados a arquivo perante as Entidades Sindicais.

**Parágrafo Primeiro:** As empresas deverão implementar o determinado no “caput” da presente cláusula e providenciar o depósito de referidos acordos no SINDICATO DOS EMPREGADOS, conforme determina a Lei nº 10.101/2000, até, no máximo, o mês de dezembro de 2014, inclusive;

**Parágrafo Segundo:** As empresas que não tenham atendido ao disposto no “caput” e parágrafo anterior da presente cláusula pagarão a cada um de seus empregados, a título de PLR - participação nos lucros ou resultados - relativa ao ano civil de 2015, importância de, pelo menos, R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) acrescidos de 16% (dezesesseis por cento) do salário nominal de cada empregado, até o limite máximo de R\$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais). O pagamento deverá ser realizado até o final do primeiro semestre civil do ano de 2016;

**Parágrafo Terceiro:** Para os empregados admitidos ou que tenham seu contrato rescindido durante o ano 2015, o valor apurado conforme parágrafo anterior poderá ser calculado com o critério de proporcionalidade, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor apurado previsto no parágrafo anterior por mês ou fração igual ou superior a 15 (quinze dias) dias trabalhados no ano de 2015;

**Parágrafo Quarto:** As empresas que possuem programas próprios de participação dos empregados nos lucros ou resultados, estabelecidos através de Acordos Coletivos pré-existentes, firmados na forma da Lei nº 10.101/2000 e depositados a tempo e modo no SINDICATO DOS EMPREGADOS, não serão afetadas pelas disposições constantes na presente cláusula, ficando ratificadas as disposições existentes em referidos acordos.

### **Ajuda de Custo**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DESPESAS DE VIAGENS**

As empresas se comprometem a arcar com as despesas de viagens antecipando parte das mesmas, devendo o empregado prestar contas dentro da sistemática e prazos estipulados pelas empresas.

**Parágrafo Único:** Quando for utilizado o veículo de propriedade do empregado a serviço, o valor do reembolso pelo km rodado será de pelo menos 30% (trinta por cento) do valor do litro da gasolina, para os primeiros 500 km rodados no mês e, pelo menos, 20% (vinte por cento) do valor do litro da gasolina para a quilometragem que exceder a 500 km no mês (considerando o efeito cascata).

### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO**

Empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva desde que não possuam restaurantes ou fornecimento de refeições, fornecerão a todos os seus empregados, auxílio refeição no valor de R\$ 27,00 (vinte e sete reais), por dia trabalhado, subsidiando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) deste valor, mantidas as condições mais favoráveis de distribuição e desconto vigentes em cada empresa.

**Parágrafo Primeiro:** É facultado às empresas efetuarem se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado às suas operações ou para facilidade dos empregados, o pagamento do auxílio refeição total ou parcial em dinheiro;

**Parágrafo Segundo:** O benefício do auxílio refeição pago em dinheiro tem caráter indenizatório para todos os fins;

**Parágrafo Terceiro:** O benefício do auxílio refeição não se caracteriza para todos os efeitos como salário utilidade;

**Parágrafo Quarto:** O valor previsto no “caput” será devido a partir de 1º de maio de 2.014, as diferenças poderão ser pagas ou creditadas até o mês de agosto de 2014;

**Parágrafo Quinto:** O empregado poderá optar, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por tíquete alimentação (vale supermercado), sendo possível mudar de opção após o transcurso de 180 (cento e oitenta) dias, sendo aplicáveis a este todas as disposições constantes desta cláusula e seus parágrafos.

### **Auxílio Transporte**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE-TRANSPORTE**

As empresas fornecerão aos seus empregados o Vale Transporte, respeitado o estabelecido pela Lei nº 7.418 de 16/12/85, regulamentada pelo Decreto nº 95.247 de 17/11/87.

### **Auxílio Saúde**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA**

As empresas manterão planos de Assistência Médica, excluída a Assistência Odontológica.

**Parágrafo Único:** As empresas constituídas após a data-base 1º de maio de 2014, ou que vierem a ser obrigadas ao cumprimento desta norma coletiva por motivo de reenquadramento sindical também, após a data-base 1º de maio de 2014, que ainda não ofereçam este benefício deverão implementá-lo num prazo de 120 (cento e vinte) dias.

### **Auxílio Doença/Invalidez**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO**

As empresas complementarão mensalmente o benefício recebido da Previdência Oficial aos seus empregados com mais de 06 (seis) meses de empresa e afastados por acidente de trabalho ou doença, do 16º (décimo-sexto) ao 195º (centésimo-nonagésimo quinto) dias, até o valor dos seus salários contratuais, limitado esse benefício ao valor máximo de R\$ 5.460,00 (cinco mil e quatrocentos e sessenta reais), aquele que for menor.

**Parágrafo Primeiro:** Na ocorrência de mais de um afastamento na vigência desta Convenção, este benefício estará limitado ao máximo de 180 (cento e oitenta) dias na sua totalidade;

**Parágrafo Segundo:** Não sendo conhecido o valor básico da Previdência, a complementação será feita com base em valores estimados. Eventuais diferenças serão objeto de compensação no pagamento imediatamente posterior. Tais pagamentos serão feitos a título de adiantamento;

**Parágrafo Terceiro:** As Empresas poderão substituir este pagamento por seguro que dê no mínimo as coberturas previstas, mantendo as condições que forem mais favoráveis;

**Parágrafo Quarto:** O pagamento referido nesta cláusula deverá ocorrer juntamente com o dos demais empregados;

**Parágrafo Quinto:** A complementação abrange, inclusive, o 13º salário;

**Parágrafo Sexto:** O prazo de carência de 06 (seis) meses é exigível somente no caso de doença.

### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL**

Ocorrendo falecimento de empregado durante o vínculo, ainda que suspenso ou interrompido, a empresa pagará aos seus beneficiários importância igual ao seu último salário contratual, juntamente com as demais verbas rescisórias, auxílio este com características indenizatórias.

**Parágrafo Único:** Este auxílio funeral não será devido quando for mantida apólice de Seguro de Vida em Grupo ou Acidente, paga integralmente pela empresa.

### **Auxílio Creche**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REEMBOLSO CRECHE**

As empresas reembolsarão às suas empregadas mães, para cada filho, inclusive adotivos, de até 06 (seis) anos e 11 (onze) meses de idade, importância equivalente a R\$ 284,00 (duzentos e oitenta e quatro reais), condicionado à comprovação dos gastos com internamento em creche ou instituição análoga, de livre escolha da empregada.

**Parágrafo Primeiro:** Será concedido o benefício na forma do “caput” aos empregados do sexo masculino que, sendo viúvos, solteiros ou separados, comprovadamente detenham a guarda do filho;

**Parágrafo Segundo:** O reembolso deverá cobrir integralmente as despesas efetuadas com o pagamento da creche, para filhos menores de 06 (seis) meses de idade, conforme Portaria 3296/86 do Ministério do Trabalho e Emprego.

### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

As empresas se comprometem a manter Apólice de Seguro de Vida com valor de indenização igual o pelo menos 10 (dez) vezes o valor do último salário contratual, limitado a R\$ 38.740,00 (trinta e oito mil e setecentos e quarenta reais).

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

Nos casos de readmissão de empregado para a mesma função anteriormente exercida, não será celebrado contrato de experiência.

### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - REFLEXO DAS HORAS EXTRAS E DO ADICIONAL NOTURNO**

A média das horas extras, bem como do adicional noturno, refletirá no pagamento das férias, 13º salário, DSR's e verbas rescisórias.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DIREITO À FÉRIAS**

Extensão do direito de férias proporcionais a todos os integrantes da categoria que se demitirem da empresa antes de completarem um ano de trabalho.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RESCISÕES CONTRATUAIS**

As empresas deverão proceder à competente homologação das quitações das rescisões contratuais nos prazos da Lei nº 7855/89. Os pagamentos efetuados com atraso estarão sujeitos à correção monetária idêntica à prevista na legislação vigente para atualização de débitos trabalhistas.

**Parágrafo Primeiro:** O Sindicato se compromete a fornecer protocolo da entrega do processo de rescisão, valendo a data do protocolo como dia do cumprimento da obrigação, desde que a empresa compareça no dia marcado para a homologação;

**Parágrafo Segundo:** As homologações deverão ser feitas preferencialmente no Sindicato.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CERTIFICADO DE CURSOS**

No ato da rescisão de contrato de trabalho, a empresa fornecerá ao empregado, desde que solicitado, declaração de cursos que o empregado tenha concluído na empresa, desde que solicitado por escrito.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AVISO DE DISPENSA**

A dispensa de empregado deverá ser comunicada por escrito, qualquer que seja o motivo, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CARTA DE REFERÊNCIA**

A empresa, nas demissões de empregados sem justa causa, e quando solicitada, se obriga a entregar ao demitido uma carta de referência.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Qualificação/Formação Profissional**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RECICLAGEM TECNOLÓGICA (APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO)**

As empresas proporcionarão treinamento para seus empregados, entendendo-se como tal, a participação em cursos ministrados pela própria empresa ou terceiros, participação em seminários, congressos ou eventos similares de interesse da empresa.

**Parágrafo Primeiro:** As empresas divulgarão amplamente sua política de treinamento, bem como as previsões anuais de realização de cursos, eventos, seminários, etc., incentivando a participação dos seus empregados;

**Parágrafo Segundo:** As empresas incentivarão intercâmbio, entre as empresas do setor de trabalho, como uma das formas de aperfeiçoamento profissional;

**Parágrafo Terceiro:** As empresas envidarão esforços na criação de mecanismos que possibilitem a adequada inovação do quadro de empregados e a transferência de conhecimento nas várias áreas de sua atuação.

### **Transferência setor/empresa**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - MUDANÇA DE LOCAL**

Nos casos em que houver mudança de endereço da empresa, esta se obriga a estudar formas que minimizem eventuais transtornos dela decorrentes, bem como efetuar comunicação prévia ao Sindicato.

### **Política para Dependentes**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RECONHECIMENTO DOS DIREITOS PARA OS EMPREGADOS EM UNIÃO HOMOAFETIVA**

Fica assegurada aos empregados em união homoafetiva, a garantia de todos os direitos previstos no presente instrumento, de forma a facilitar o resguardo dos interesses de seus companheiros(as) e dependentes habilitados perante a Previdência Social.

**Parágrafo Único:** O reconhecimento da união homoafetiva estável dar-se-á com o atendimento a iguais requisitos observados pela Previdência Social, consoante disciplinam o art. 52 parágrafo 4º da Instrução Normativa INSS/DC nº 20/07 de 11/10/2007, e a Instrução Normativa INSS/DC 24 de 07/06/2000, e alterações posteriores.

### **Estabilidade Mãe**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - GARANTIA À GESTANTE**

Será garantido emprego ou salário à empregada gestante, desde o início da gestação até 60 (sessenta) dias após o término do período de afastamento compulsório, ressalvados os casos de rescisão por justa causa, término de contrato a prazo determinado, pedido de demissão e acordo entre empregado e empresa, sendo nesses dois últimos casos com assistência do Sindicato respectivo da empregada.

**Parágrafo Único:** A garantia prevista no “caput” é extensiva às empregadas que adotem criança com até 06 (seis) meses de idade ou que tenham abortado, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir da data de adoção devidamente comprovada ou da data do aborto.

## **Estabilidade Serviço Militar**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EMPREGADO EM IDADE DE SERVIÇO MILITAR**

As empresas garantirão de emprego ou salário aos empregados em idade de prestação de Serviço Militar, desde o alistamento até 60 (sessenta) dias após a liberação do Serviço Militar, ressalvados os casos de justa causa, pedidos de demissão, acordo entre as partes e os “contratos a prazo determinado”.

**Parágrafo Único:** Os empregados que adiarem a data de incorporação ou estenderem o período de prestação do Serviço Militar, não serão abrangidos por esta garantia.

## **Estabilidade Portadores Doença Não Profissional**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA AO AFASTADO PELA PREVIDÊNCIA**

As empresas garantirão emprego ou salário ao empregado afastado pela Previdência Social por motivo de doença pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do afastamento.

**Parágrafo Único:** Esta garantia será concedida por uma única vez durante a vigência desta Convenção Coletiva, exceto para os casos de afastamento por cirurgia.

## **Estabilidade Aposentadoria**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DISPENSA DE EMPREGADO EM ÉPOCA DE APOSENTADORIA**

As empresas garantirão emprego ou salário aos empregados com mais de 04 (quatro) anos de trabalho na mesma empresa, e que estejam a menos de 02 (dois) anos do direito à aposentadoria e que, enquanto mantido o vínculo empregatício, tenham declarado previamente por escrito, e comprovado esta condição junto à área de Recursos Humanos, sendo que adquirido este direito, cessa a estabilidade.

**Parágrafo Primeiro:** Para efeito desta cláusula, entende-se como direito à aposentadoria aquela que se dá em seus prazos mínimos legais, excetuando as aposentadorias especiais;

**Parágrafo Segundo:** Esta garantia não prevalecerá aos empregados demitidos por justa causa ou acordo entre as partes, com assistência do respectivo Sindicato.

## **Outras normas de pessoal**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CARTEIRA DE TRABALHO - ANOTAÇÕES**

A CTPS recebida para anotações deverá ser devolvida ao empregado no prazo máximo de 48h00 (quarenta e oito horas). A entrega de quaisquer documentos ao empregado deverá ser feita mediante recibo.

**Parágrafo Primeiro:** O empregado estará obrigado a entregar sua CTPS, no prazo de 02 (dois) dias úteis, quando solicitado pela empresa;

**Parágrafo Segundo:** As empresas deverão anotar na CTPS a correta denominação referente às funções do cargo, não podendo adotar nomes que discrepem deste.

### **Outras estabilidades**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILID. E ASSIST. À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

À empregada que estiver inclusa no cadastro de programas assistenciais do Governo Federal, Estadual ou Municipal, em decorrência de situação de violência doméstica e familiar, será assegurada a manutenção do vínculo empregatício, quando necessário o afastamento do local do trabalho, na forma de interrupção do contrato, por até 06 (seis) meses e estabilidade no emprego por 01 (um) ano, a contar do seu retorno ao trabalho, sem prejuízo dos demais direitos consagrados no art. 9º, parágrafo 2º, incisos I e II da Lei nº 11.340 de 07/08/2006.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO**

As empresas manterão, sem redução dos salários, jornada real de trabalho cuja duração será de 40h00 (quarenta horas), por semana.

**Parágrafo Primeiro:** Para os profissionais que presentemente trabalham ou venham a trabalhar fora da sede da empresa, compreendendo-se aqui tanto campo, canteiro de obras e escritórios, bem como a sede de clientes das empresas convenientes, independente, inclusive da denominação de função ou cargo que é desempenhando pelo empregado, prevalecerá à jornada de trabalho praticada no local, respeitado o limite constitucional de 44h00 (quarenta e quatro horas) semanais;

**Parágrafo Segundo:** As horas de ausência na duração do trabalho semanal, inclusive as pontes de feriados, poderão ser compensadas com a prorrogação do horário de trabalho nos outros dias úteis.

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS**

Pela presente Convenção Coletiva de Trabalho e conforme permissivo legal fica formado o Banco de Horas, que permite acumular saldo de horas positivas e negativas, quer pela prestação de serviços em jornadas extraordinárias de trabalho para atender necessidades contratuais da empresa, quer para atender ausências particulares dos empregados.

**Parágrafo Primeiro:** As horas objeto do Banco de Horas serão controladas e disponibilizadas para os empregados de forma que eles possam acompanhar o gerenciamento do saldo existente, bem como, os lançamentos correntes a débito e a crédito;

**Parágrafo Segundo:** A empresa deverá informar o sindicato de empregados que adota o Banco de Horas, mediante protocolo de simples comunicado;

**Parágrafo Terceiro:** Esse banco de horas terá como limite o total de 32h00 (trinta e duas horas) mês, positivas ou negativas, que se acumularão durante o período de 04 (quatro) meses ou 120 (cento e vinte) dias, findo o qual deverá ser zerado a partir do mês subsequente, seja através do pagamento ou desconto do saldo de horas remanescentes, iniciando-se então novo período;

**Parágrafo Quarto:** O excedente às 32h00 (trinta e duas horas) no mês deverá ser remunerado, se positivo, com o acréscimo percentual estabelecido nesta Convenção Coletiva, ou, se negativo, descontado como hora normal, no mês seguinte ao de sua apuração;

**Parágrafo Quinto:** Poderão as partes, empregado e empresa, se assim convier, negociar para que o saldo de horas possa ser transferido para outro período de apuração. Se positivo, poderá ser compensado em correspondente período de faltas, total ou parcial e na forma ordinária, ou, em se tratando de saldo negativo, seja descontado, também na forma ordinária, de uma só vez ou parceladamente;

**Parágrafo Sexto:** Salvo as exceções previstas no art. 61 da CLT, a jornada diária de trabalho não poderá ultrapassar o limite de 10h00 (dez horas), compreendendo-se nesse limite a compensação do sábado, objeto da duração semanal da jornada de trabalho;

**Parágrafo Sétimo:** Ocorrendo rescisão contratual, as horas de saldo positivas, então existentes, serão remuneradas com o acréscimo conforme percentual estabelecido nesta Convenção Coletiva ou descontadas como horas normais, se negativas;

**Parágrafo Oitavo:** O Banco de Horas não será aplicado nos casos de jornadas especiais de trabalho com duração de 6h00 (seis horas) e nem em turnos ininterruptos de revezamento;

**Parágrafo Nono:** O período de gozo das horas a crédito será escolhido de comum acordo entre empregado e empresa.

### **Controle da Jornada**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO DE DIGITADORES**

Ao empregado que exerça a função de digitador de computador, ou função análoga que execute exclusivamente as atividades de entrada de dados, fica assegurada jornada diária de trabalho de 6h00 (seis horas), com intervalo para descanso de 10 (dez) a cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, sendo que destas, apenas 5h00 (cinco horas) no trabalho de entrada de dados (NR-17).

## Faltas

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - AUSÊNCIAS LEGAIS

Os empregados poderão se ausentar do serviço, sem prejuízo de seus salários e sem necessidade de compensação, pelos seguintes prazos:

**Parágrafo Primeiro:** 05 (cinco) dias corridos, em virtude de falecimento do cônjuge, pais ou filhos;

**Parágrafo Segundo:** 02 (dois) dias corridos, em virtude de falecimento de irmãos, sogros ou pessoas que, devidamente comprovado, vivia sob sua dependência econômica;

**Parágrafo Terceiro:** 05 (cinco) dias úteis em virtude de núpcias.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FALTA JUSTIFICADA

Quando houver compensação de horas, a ausência justificada por atestado médico será considerada a jornada correspondente ao dia da ausência, excetuando-se as empresas que praticam o horário flexível.

## Férias e Licenças

### Duração e Concessão de Férias

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - INÍCIO DE FÉRIAS / FÉRIAS COLETIVAS

As férias não poderão se iniciar em sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

**Parágrafo Único:** Os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro não serão computados na contagem da duração de férias coletivas que os abranjam, gerando um crédito de 02 (dois) dias para os empregados que se enquadrem na condição.

### Licença Adoção

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA MATERNIDADE À MÃE ADOTANTE

Conforme disposto na Lei nº 10.421/2002, com a modificação introduzida pela Lei nº 12.010/2009, a empregada que, comprovadamente, adotar criança ou obtiver guarda judicial de criança para fins de adoção, fará jus a licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORME E EPIS**

Os uniformes e roupas profissionais, quando exigidos, assim como os EPIs (equipamentos de proteção individuais), serão fornecidos gratuitamente pelas empresas aos empregados.

### **Exames Médicos**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - PROGRAMA DE CONTROLE DE SAÚDE OCUPACIONAL - NR 07**

Conforme permissivo no item 7.3.1.1.1 da NR. 07, as empresas que tenham entre 26 (vinte e seis) e 50 (cinquenta) empregados, desde que enquadradas, no máximo, até o grau de risco 02, ficam desobrigadas de indicar o médico coordenador.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DIGITADOR - EXAMES PERIÓDICOS**

As empresas deverão proceder a exames médicos semestrais em todos os profissionais envolvidos com trabalhos de digitação de forma a prevenir a ocorrência de doenças ocupacionais.

### **Aceitação de Atestados Médicos**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

As empresas aceitam, para efeito de abono, os atestados médicos e odontológicos emitidos por profissionais próprios ou conveniados dos Sindicatos. Tais atestados passarão obrigatoriamente, para fins estatísticos e avaliação, pelos serviços médicos das empresas.

### **Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - RETORNO AO TRABALHO / ALTA MÉDICA PROGRAMADA**

Na hipótese do empregado permanecer sem condições de saúde para assumir suas atividades laborais normais, assim atestados pelo médico do trabalho da empresa, a empresa orientará o empregado a

formular pedido de reconsideração da decisão junto ao INSS. Para tanto deverá fornecer o laudo do médico do trabalho atestando o estado de saúde do empregado, a fim de servir de subsídio ao pedido de reconsideração junto ao INSS.

**Parágrafo Primeiro:** A empresa, desde que apresentado pelo empregado o pedido de reconsideração no prazo legal junto à Previdência Social, antecipará ao empregado o valor de seu salário-base no período compreendido entre a alta médica e a decisão do INSS. O benefício contido no presente parágrafo será concedido pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias e ficará limitado ao valor de R\$ 5.460,00 (cinco mil e quatrocentos e sessenta reais);

**Parágrafo Segundo:** uma vez acolhido o pedido de reconsideração e manutenção do benefício, o empregado deverá devolver a empresa os valores adiantados no período. O prazo para devolução dos valores adiantados pela empresa não poderá exceder o limite máximo de 15 (quinze) dias contados da data do efetivo recebimento do benefício pelo empregado;

**Parágrafo Terceiro:** Caso seja negado pela 2ª (segunda) vez o pedido de reconsideração com o mesmo CID pela Previdência Social, o empregado deverá reassumir imediatamente suas atividades laborais na empresa, sendo que o período compreendido entre a alta médica e o retorno será considerado como licença remunerada, com caráter indenizatório, esgotadas todas as possibilidades legais de discussão.

## **Relações Sindicais**

### **Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - INCENTIVO À SINDICALIZAÇÃO**

As empresas apresentarão aos empregados, no ato de sua admissão, uma proposta de sindicalização, cabendo ao Sindicato à entrega às empresas do material necessário.

**Parágrafo Único:** As empresas, sempre que solicitadas, colocarão à disposição do Sindicato, por tempo previamente acordado, local e meio para sindicalização nos locais de trabalho.

## **Representante Sindical**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - REPRESENTANTE SINDICAL**

Permanece em vigor a figura do Representante Sindical nas empresas e nas mesmas condições vigentes, excetuando-se as empresas que possuam dirigentes sindicais em seu quadro de empregados.

## **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DO SINDICATO PROFISSIONAL**

## **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DO SINDICATO DOS EMPREGADOS DE ARARAQUARA E REGIÃO.**

Aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 10 de outubro de 2013 e ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária da Categoria no dia 18 de fevereiro de 2014. Em Assembleia Geral Extraordinária dos Trabalhadores de todas as Categorias Profissionais de nossa representação sindical, realizada em 10 de outubro, baseada no art. 513 letra “e” da CLT e decisões do Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Federal e Orientação nº 03 do Ministério Público do Trabalho, foi aprovado para o exercício de 2014 a Contribuição Assistencial, a ser cobrada de todos os trabalhadores associados ou não ao sindicato cujo desconto e recolhimento deverão ocorrer da seguinte forma:

**Parágrafo Primeiro:** As empresas deverão descontar de todos os seus empregados, sindicalizados ou não, 04 (quatro) parcelas iguais de 3% (três por cento) ao mês, cujo limite de desconto de cada empregado não poderá ultrapassar a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por mês, sendo que os descontos e recolhimentos no ano de 2014 deverão ocorrer nos seguintes meses:

<b>MÊS DE DESCONTO 2014</b>	<b>RECOLHIMENTO ATÉ</b>
JANEIRO DE 2014	07 DE FEVEREIRO DE 2014
MAIO DE 2014	06 DE JUNHO DE 2014
AGOSTO DE 2014	05 DE SETEMBRO DE 2014
NOVEMBRO DE 2014	05 DE DEZEMBRO DE 2014

**Parágrafo Segundo:** O Sindicato remeterá às empresas no mês do desconto a guia para o devido recolhimento até o prazo acima;

**Parágrafo Terceiro:** Os empregados contratados no ano de 2014, e nos meses não condizentes com desconto, sofrerão os mesmos juntamente com os demais empregados no próximo mês destinado ao desconto. Ex: Empregado contrato em fevereiro/2014, sofrerá o desconto apenas no mês de maio/2014. Empregado contrato em setembro/2014, sofrerá o desconto apenas novembro/2014;

**Parágrafo Quarto:** As empresas remeterão ao SEAAC DE ARARAQUARA E REGIÃO, após o devido recolhimento, cópia da guia de recolhimento juntamente com a relação de empregados que deram motivação aos descontos;

**Parágrafo Quinto:** Fica assegurado o prazo de até 20 (vinte) dias, após a assinatura deste instrumento, para os trabalhadores se oporem ao desconto, através de manifestação escrita e individualizada a ser apresentada pessoalmente na sede e/ou subsedes do sindicato.

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Conforme deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária do SINAENCO e previsto na Constituição Federal, art. 8º, inciso IV, combinado com o art. 513, letra e, da CLT, o valor da contribuição como tem ocorrido anualmente, é determinado pela classe em que se enquadra a receita operacional da empresa, de acordo com a tabela abaixo:

## TABELA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - 2014

### SINAENCO SÃO PAULO

CLASSE	RECEITA OPERACIONAL BRUTA (2012/R\$)	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL	
		Parcela única	Duas parcelas
<b>A</b>	Acima de 20.000.001,00	710,00	355,00
<b>B</b>	De 5.000.001,00 a 20.000.000,00	572,00	286,00
<b>C</b>	De 1.000.001,00 a 5.000.000,00	398,00	199,00
<b>D</b>	De 300.001,00 a 1.000.000,00	228,00	114,00
<b>E</b>	Abaixo de 300.000,00	92,00	46,00
EMPRESAS SEM EMPREGADOS (Valor Único)		35,00	

A Assembleia Geral Extraordinária definiu que o valor de cada contribuição poderá ser pago de uma única vez, com vencimento em até 30/06/14, ou em 02 (duas) parcelas iguais e sucessivas, com vencimento em 30/06/14 e 30/07/14. Os valores pagos em atraso sofrerão multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

### Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - BOLSA DE EMPREGO

As empresas poderão utilizar, graciosamente, o serviço de colocação de profissionais (Bolsa de Emprego) mantido pela entidade representante da categoria.

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICIDADE

As empresas concordam em divulgar através de seus quadros de aviso, sob a inteira responsabilidade do Sindicato, informativos que tratem de assuntos de interesse do Sindicato dos Empregados, desde que os mesmos sejam encaminhados formalmente para fixação, através do órgão de pessoal da empresa.

#### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - POLÍTICA SETORIAL

O SINAENCO, em conjunto com o SINDICATO PROFISSIONAL conveniente e outras entidades afins, empenhar-se-ão intensivamente para tornar viável a realização de seminários repetidos anualmente, abrangendo todo o Setor de ENGENHARIA CONSULTIVA NO BRASIL. Tais seminários terão a finalidade de promover amplas discussões para atualização dos conceitos e estratégias da ação política do referido Setor, buscando encontrar alternativas viáveis para a geração de novos empregos, em consonância com o

desenvolvimento tecnológico deste segmento da economia nacional, bem como a sua inserção no MERCOSUL e na Economia Mundial.

## **Disposições Gerais**

### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - JUÍZO COMPETENTE**

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO**

Fica estabelecida a multa no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do maior salário normativo da categoria, por empregado, por infração e por dia, nos casos de descumprimento das obrigações constantes da presente Convenção Coletiva, revertendo o pagamento em favor da parte prejudicada e não podendo exceder o principal, nos termos do art. 412 do Código Civil.

**Parágrafo Único:** No caso de descumprimento de cláusulas que não tenham valoração econômica, a multa estabelecida no “caput” fica limitada ao maior salário normativo da categoria, por empregado.

### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - RENEGOCIAÇÃO**

Caso ocorram alterações significativas no cenário econômico que interfiram diretamente nas regras estabelecidas na presente Convenção e/ou alteração na legislação salarial vigente, as partes se comprometem a renegociar as condições que restabeleçam o equilíbrio das relações trabalhistas.

**Parágrafo Único:** Independente de alterações supervenientes fica garantida uma reunião semestral entre as partes, restrita porem à avaliação do cumprimento da presente Convenção Coletiva.

FABIO LEMOS ZANAO

Procurador

SIN EMPR AG AU CO EM ASS PE IN PQ EM SER CON ARARAQUARA

CARLOS ROBERTO SOARES MINGIONE  
Diretor  
SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA